

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI N.º 2.159, DE 1999.

Acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei n.º 6.321, de 14 de abril de 1976, para que as empresas beneficiárias do PAT mantenham nutricionistas nos seus quadros ou exijam a presença desses profissionais nos quadros de suas conveniadas.

Autor: Deputado Bispo Rodrigues

Relator: Deputado Rubinelli

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei referenciado estabelece que as empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador ou as suas conveniadas são obrigadas a manter nutricionistas em seus quadros, com vistas a assegurar ao trabalhador uma alimentação balanceada e adequada ao desgaste que a sua atividade laboral lhe exige.

A proposição foi distribuída inicialmente às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público para julgamento de mérito; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para o de sua específica competência.

Da primeira Comissão o projeto obteve parecer favorável, sendo após encaminhado a esta CCJC, ocasião em que o seu Presidente requereu à Mesa a sua redistribuição, de molde a ser ouvida a Comissão de Finanças e Tributação antes desta Comissão, pleito que foi deferido.

Submetido, então, à Comissão de Finanças e Tributação teve reconhecida a sua não-implicação orçamentária e financeira e, no mérito, foi igualmente aprovado.

O projeto encontra-se ora sob a análise desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para que, nos termos do art. 54, II, do



80C1923510

RICD, se manifeste sobre a sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Quanto aos pré-requisitos indispensáveis ao trâmite regular do projeto de lei nesta Casa, merece registro que a proposição observa as exigências constitucionais e jurídicas para o seu regular processamento.

Com efeito, a par de competir a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional a iniciativa legislativa sobre a matéria em questão (*ex vi* art. 61, caput, da C.F.), essa não conflita com quaisquer princípios ou disposições da Constituição da República, estando, ainda, em perfeita adequação com o ordenamento infraconstitucional vigente.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa e redacional, o projeto em epígrafe não está a merecer reforma, pois, apresenta adequação ao prescrito pela Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *“dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”*.

Face ao acima exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº. 2.159, de 1999.

Sala da Comissão, em de de 2.005.

Deputado Rubinelli
Relator

2005_4789_Rubinelli_166



80C1923510